

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE
LEI Nº 46

15
RATIFICA O CONVÊNIO
NACIONAL DE ESTATÍSTICA MU-
NICIPAL E LHE DÁ EXECUÇÃO.

RUY CARVALHO SARAIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE BUTIÁ,
FAÇO SABER, EM CUMPRIMENTO AO DISPÕSTO NO ARTIGO 70º, INCI-
SO II, E DE ACÓRDO COM O ARTIGO 145º, TODOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,
QUE A CÂMARA DECRETOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - FICA APROVADO E RATIFICADO, NO SEU CONJUNTO E EM
CADA UMA DAS SUAS PARTES, PARA PRODUZIR TODOS OS EFEITOS NO QUE TOCA AO
GOVÊRNO DO MUNICÍPIO E CONVÊNIO ANEXO À PRESENTE LEI, ASSINADO NA CAPI-
TAL DO ESTADO EM 26 DE MAIO DE 1940, ENTRE A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTA-
DA PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, O ESTADO E TO-
DOS OS SEUS MUNICÍPIOS, TENDO EM VISTA ASSEGURAR PERMANENTE, EM TODO O
PAÍS, A UNIFORME E PERFEITA EXECUÇÃO DA ESTATÍSTICA GERAL BRASILEIRA,
BEM ASSIM, EM PARTICULAR, ANORMALIDADE DOS LEVANTAMENTOS QUE DEVEM SER
VIR DE BASE À ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA NACIONAL, SEGUNDO O DISPOSTO NO
DECRETO-LEI FEDERAL Nº 4.181, DE 16 DE MARÇO DE 1942.

ARTIGO 2º - PARA CONSTITUIR A CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO DESTI-
NADA AOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS NACIONAIS DE CARÁTER MUNICIPAL, BEM AS-
SIM AOS REGISTROS, PESQUISAS E REALIZAÇÕES NECESSÁRIAS À SEGURANÇA NA-
CIONAL E RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEO-
GRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), FICA CRIADO, NA FORMA CONVENCIONADA, A -/
TAXA DE ESTATÍSTICA QUE RECAI SOBRE ESPETÁCULOS DE QUALQUER GÊNERO EM
QUAISQUER LOCAIS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO POR MEIO DE ENTRADAS PAGAS, CO-
BRÁVEL EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL EM SELLO ESPECIAL, FORNECIDO PELO
MENCIONADO INSTITUTO.

§ 1º - O IMPÔSTO A QUE ALUDE ÊSTE ARTIGO SERÁ DE DEZ CENTA-/
VOS (CR\$ 10), POR CRUZEIROS (CR\$ 1,00) OU FRAÇÃO DE CRUZEIROS DO VALOR DOS/
BILHETES DE ENTRADA A ÊLES SUJEITOS.

§ 2º - FICAM SUJEITOS À COBRANÇA DO TRIBUTO, PARA OS FINS DO
CONVÊNIO DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL, OS ESPETÁCULOS DE QUALQUER GÊNERO /
DE DIVERSÃO QUE SE REALIZAM EM TEATROS, CINEMATÓGRAFOS, CINE-TEATROS, /
CIRCOS, CLUBES, "DANCINGS", SOCIEDADES, PARQUES, CAMPOS, OU EM QUALQUER
OUTROS LOCAIS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO POR MEIO DE ENTRADAS PAGAS.

§ 3º - OS SELOS ESPECIAIS PARA A COBRANÇA DA PARTE DO IMPÔS-
TO DE DIVERSÕES, ATRIBUÍDAS PELO CONVÊNIO AO I.B.G.E. E DESTINADA AO/
GUSTEIO DO SISTEMA NACIONAL DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL, SE-
RÃO APOSTOS AOS BILHETES DE INGRESSO VENDIDOS OU OFERECIDOS PELOS EM-
PRESÁRIOS, PROPRIETÁRIOS, ARRENDATÁRIOS, OU QUAISQUER PESSOAS INDIVI-/
DUAL OU COLETIVAMENTE RESPONSÁVEIS POR QUALQUER DOS ESTABELECIMENTOS, /
CASAS OU LUGARES A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO PROCEDENTE.

PROJETO DE
LEI Nº 46

§ 10º - A FISCALIZAÇÃO DO IMPÔSTO DE DIVERSÕES COMPETE AOS / FISCALIS DA PREFEITURA E AOS FUNCIONÁRIOS DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA. A FISCALIZAÇÃO VERIFICARÁ SEMPRE O LIVRO OU OS MAPAS DE ESCRITURAÇÃO, ASSIM COMO O NÚMERO DE ESPECTADORES PRESENTES A CADA SESSÃO, / OU ESPETÁCULO, EXAMINANDO SE ÊSTE NÚMERO CORRESPONDE AO DOS INGRESSOS UTILIZADOS E CONSTANTES DOS CANHOTOS.

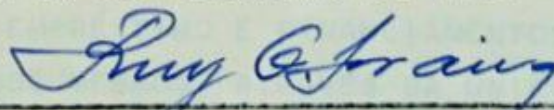
§ 11º - POR QUALQUER COMPROVADA INFRAÇÃO NO PAGAMENTO DO IM- / PÔSTO DESTINADO AO CUSTEIO DO SISTEMA NACIONAL DE ESTATÍSTICA MUNICI- / PAL, SEJA POR SONEGAÇÃO DO COMPETENTE SÊLO, OU PELA PRÁTICA DE QUAL- / QUER OUTRA FRAUDE, SERÁ IMPOSTA A MULTA DE MIL CRUZEIROS (CR\$ 1.000). SEM O PAGAMENTO OU DEPÓSITO DESSA MULTA, A CASA, EMPRÊSA OU SOCIEDADE SUPOSTA INFRATORA NÃO PODERÁ CONTINUAR A FUNCIONAR. DA IMPORTÂNCIA DA / MULTA CABERÁ METADE AOS COFRES MUNICIPAIS E METADE À CAIXA NACIONAL DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL.

ARTIGO 3º - A PREFEITURA MUNICIPAL TOMARÁ A QUALQUER TEMPO / AS MEDIDAS NECESSÁRIAS, TENDO EM VISTA O QUE LHE REPRESENTAR O INSTITU- / TO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, EM NOME DO GOVÊRNO FEDERAL, / OU O GOVÊRNO DO ESTADO, POR INTÉRMÉDIO DE QUALQUER DOS ORGÃOS DA SUA / ADMINISTRAÇÃO INTERESSADA NO ASSUNTO, A FIM DE QUE AO CONVÊNIO DE ES- / TATÍSTICA MUNICIPAL TAMBÉM FIQUE ASSEGURADA FIEL E INTEGRAL EXECUÇÃO POR PARTE DO GOVÊRNO E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

ARTIGO 4º - O CONVÊNIO ENTRARÁ EM VIGOR NO MUNICÍPIO NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA LEI.

ARTIGO 5º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM 26 DE FEVEREIRO DE 1966



RUY CARVALHO SARAIVA
PREFEITO MUNICIPAL.-

PROJETO DE
LEI Nº 46

§ 4º - OS BILHETES DE ENTRADA PARA ESPETÁCULOS OU EXIBIÇÕES/ SUJEITAS A TAXA PREVISTA NESTE ARTIGO, SERÃO IMPRESSOS E DEVERÃO CONS-
TAR DE DUAS PARTES, DESTACÁVEIS E NUMERADAS SEGUIDAMENTE. SERÃO ENFEI-
XADAS EM TALÕES, E O DESTAQUE DA PARTE DESTINA AO ESPECTADOR SÓ SE DA-
RÁ NO MOMENTO DA RESPECTIVA AQUISIÇÃO FICANDO PROÍBIDA A VENDA DE BI-
LHETES QUE NÃO OBEDEÇER ESTA NORMA.

§ 5º - O SÊLO SERÁ APOSTO NO SENTIDO HORIZONTAL DO BILHETE,/ ABRANGENDO AS DUAS PARTES, E COM O CABEÇALHO SÔBRE O CANHOTO, DE MODO
A SER DIVIDIDO NO ATO DE DESTAQUE DA PARTE QUE O ESPECTADOR DEVE RECE-
BER E ENTREGAR AO PORTEIRO.

§ 6º - O SÊLO DEVERÁ SER INUTILIZADO PRÉVIAMENTE, ANTES DO /
DESTAQUE DO BILHETE, POR MEIO DE UM CARIMBO, CUJOS DIZERES INDIQUEM A/
DATA DO ESPETÁCULO OU EXIBIÇÃO.

§ 7º - A AQUISIÇÃO DE SELOS PARA OS BILHETES DE INGRESSO, BEM
ASSIM DE BILHETES COM SELOS JÁ IMPRESSOS(QUANDO ADOTADOS), TERÁ LUGAR
NA AGÊNCIA ARRECADORA DESIGNADA PELO I.B.G.E., NA FORMA DO ARTIGO 9º,/ ALÍNEA "B" DA LEI. TAL AQUISIÇÃO SERÁ EFETUADA POR MEIO DE GUIAS ASSI-
NADAS PELO RESPONSÁVEL OU SEU REPRESENTANTE, AS QUAIS CONTERÃO A ESPE-
CIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE SELOS A AQUIRIR E RECEBERÃO O COMPETENTE /
NÚMERO DE ORDEM, DEVENDO SER VISADA PELO AGENTE DE ESTATÍSTICA OU QUEM
SUAS VÊZES FIZER. DESSAS GUIAS, A 1ª FICARÁ EM PODER DA AGÊNCIA MUNICI-
PAL DE ESTATÍSTICA, PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS, E A
2ª VIA SERÁ APRESENTADA À AGÊNCIA ARRECADADORA, QUE FARÁ O FORNECIMENT-
TO E A RESPECTIVA COBRANÇA, OBTENDO DO COMPRADOR, NO MESMO DOCUMENTO, O
COMPETENTE RECIBO.

§ 8º - É EXPRESSAMENTE PROÍBIDA A VENDA OU PERMUTA DE SELOS.
ENTRE OS PROPRIETÁRIOS, EMPRESÁRIOS, ARRENDATÁRIOS OU QUAISQUER RESPON-
SÁVEIS PELOS CLUBES, SOCIEDADES, CASAS OU LUGARES DE DIVERSÕES, SENDO-
LHES ASSEGURADA, TODAVIA, A INDENIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DOS SELOS NÃO /
UTILIZADOS UMA VEZ FEITA SUA RESTITUIÇÃO COM AS MESMAS FORMALIDADES //
PRESCRITAS NA ALÍNEA PROCEDENTE.

§ 9º - AS SOCIEDADES OU CASAS DE DIVERSÕES, DE QUALQUER ES-/
PÉCIE, QUE FUNCIONAREM COM ENTRADAS PAGAS SÃO OBRIGADAS AO USO DE UM /
LIVRO NO QUAL SERÃO REGISTRADOS, POR DATA DE FUNÇÃO OU EXIBIÇÃO OS SE-
LOS ADQUIRIDOS, OS SELOS EMPREGADOS E OS SALDOS RESPECTIVOS, ASSIM CO-
MO A NUMERAÇÃO DOS PRIMEIROS E ÚLTIMOS INGRESSOS VENDIDOS. OLIVRO DE /
ESCRITURAÇÃO CONTERÁ TÊRMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO ASSINADOS PELA/
EMPRESA, FIRMA OU SOCIEDADE E RECEBERÁ O "VISTO" DO AGENTE MUNICIPAL /
DE ESTATÍSTICA. O LIVRO PODERÁ SER SUBSTITUÍDO, EM ESPETÁCULOS AVULSOS
OU EM PEQUENAS SÉRIES, POR MAPAS DIÁRIOS, MANUSCRITOS OU DATILOGRAFA-/
DOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECRETO Nº 53,947
DE 5 DE JUNHO DE 1,964

DISPÕE SÔBRE A EXECUÇÃO
DOS CONVÊNIOS NACIONAIS DE ES-
TATÍSTICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CON-
FERE O ARTIGO 87º, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CONSIDERANDO QUE OS CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA MUNI-
CIPAL CELEBRADOS ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS E OS MUNICÍPIOS E RATIFICA-
DOS PELO DECRETO-LEI FEDERAL Nº 5.981, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943 E PE-
LOS ATOS PRÓPRIOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS, TÊM POR OBJETIVO, SEGUNDO/
A SUA CLÁSULA PRIMEIRA, CRIAR UMA SITUAÇÃO ESTÁVEL, MEDIANTE COMPRO-
MISSOS DE CARÁTER PERMANENTE, PARA LEVANTAMENTO DA ESTATÍSTICA GERAL DO/
PAÍS E DA RELACIONADA COM A SEGURANÇA NACIONAL;

CONSIDERANDO QUE DE ACÔRDO, COM A CLÁSULA QUINTA DOS CITADOS
CONVÊNIOS FICOU OUTORGADA AO INSTITUTO A ARRECADAÇÃO DE UM TRIBUTO CO-
MO CONTRIBUIÇÃO DE CADA MUNICIPALIDADE DESTINADA AO CUSTEIO DOS SERVI-
ÇOS ESTATÍSTICOS NACIONAIS DE ACRÁTER MUNICIPAL;

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE ASSEGURAR UNIDADE DE EXECUÇÃO/
DOS REFERIDOS CONVÊNIOS, PARA NORMALIDADE DOS LEVANTAMENTOS ESTATÍSTI-
COS DECRETA:

ARTIGO 1º - PERMANECEM EM PLENO VIGOR, EM TODO O TERRITÓRIO/
NACIONAL, OS CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL, RATIFICADOS
PELO DECRETO-LEI FEDERAL Nº 5.981 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943 E PELOS -/
ATOS PRÓPRIOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

ARTIGO 2º - AO INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTI-
CA CABE A ARRECADAÇÃO, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, NOS TÊRMOS DO AR-
TIGO 8º DO DECRETO-LEI Nº 5.981, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943, DO TRIBUTO
DESTINADO A CONSTITUIR OS RECURSOS DA CAIXA NACIONAL DE ESTATÍSTICA /
MUNICIPAL.

ARTIGO 3º - A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS DA -/
UNIÃO AOS MUNICÍPIOS, OU A OBTENÇÃO DOS MESMOS, ATRAVÉS DA UNIÃO, FICA
CONDICIONADA À OBSERVÂNCIA PELOS MUNICÍPIOS, DOS CONVÊNIOS NACIONAIS /
DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL, ATESTADA PELA SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO /
NACIONAL DE ESTATÍSTICA.

§ ÚNICO - INCLUEM-SE, PARA EFEITO DÊSTE ARTIGO, AS TRANSAÇÕES
EFE TUADAS COM AS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAÇAS E ESTABELECIMENTOS DE CRÉ-
DITOS DE QUE PARTICIPE A UNIÃO.

ARTIGO 4º - O PRESENTE DECRETO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DE/
SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRASÍLIA, 5 DE JUNHO DE 1964; 143 DA INDEPEDÊNCIA E 76 DA
REPÚBLICA.
/JCT H. CASTELO BRANCO
OCTAVIO GOUVEIA DE BULHÕES